

cadernos

IHU
ideias

A ciência
em ação de Bruno
Latour

Leticia de Luna Freire

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

cadernos **IHU** ideias

**A ciência
em ação de Bruno
Latour**

Leticia de Luna Freire

ano 11 • nº 192 • 2013 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU ideias

Ano 11 – Nº 192 – 2013

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja – Unisinos

Prof. Dr. César Sanson – UFRN

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos – Doutora em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci (t) – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Caio Fernando Flores Coelho

Revisão

Isaque Gomes Correa

Editoração

Rafael Tarcisio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

www.ihu.unisinos.br

A CIÊNCIA EM AÇÃO DE BRUNO LATOUR

Leticia de Luna Freire

I

O convite que me foi feito pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, para refletir sobre a ciência em ação de Bruno Latour, me fez retroceder no tempo e retomar minhas primeiras leituras sobre o assunto, mas também me levou a revisitar a pesquisa que realizei, há quase dez anos, apropriando-me do referencial teórico-metodológico do autor. Como uma palestra também é uma prática científica, iniciarei, já numa perspectiva latouriana, falando das condições de sua realização, ou seja, situando no tempo e no espaço a minha fala a respeito desse tema. Nesse sentido, gostaria de explicitar que minha fala está ancorada, antes de tudo, em meu próprio percurso pessoal e profissional, não tendo, portanto, nenhuma intenção de defender minhas ideias e impressões como as mais legítimas ou verdadeiras. Trata-se, como requer o empreendimento antropológico, de um ponto de vista entre vários outros possíveis.

II

Meu primeiro contato com a obra de Latour se deu quando iniciei o mestrado em Psicologia Social, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Naquele ano de 2003 passei a participar do grupo de estudo coordenado pelo meu então orientador, professor Ronald Arendt, em torno das contribuições de autores como o filósofo e sociólogo francês Bruno Latour, o filósofo francês Michel Serres, a filósofa belga Isabelle Stengers e a psicóloga também belga Vinciane Despret, com o objetivo de se refletir sobre a psicologia para além do modelo tradicional que coloca o indivíduo e a sociedade em polos opostos, dividindo-a igualmente em uma psicologia individual *stricto sensu*, voltada, por exemplo, aos estudos de desenvolvimento e cognição, e uma psicologia dita “social”, à qual me vinculava.

No entanto, meu campo de estudo era Acari, uma favela situada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, representada

socialmente como um espaço historicamente marcado pela violência associada aos confrontos entre traficantes de drogas e policiais, e que, naquele momento, começava a receber grandes investimentos em obras de urbanização e implantação de serviços públicos, através do que se chamava à época Programa Favela-Bairro. Interessada desde cedo nas questões urbanas, ingressei no mestrado com o projeto inicial de estudar os efeitos dessa intervenção pública nas múltiplas dimensões da vida local, inclusive nas representações sociais sobre a própria favela. Mas deixemos, por enquanto, Acari para voltar à universidade.

Buscando ampliar minhas leituras sobre trabalho de campo, fui assistir, paralelamente às aulas do mestrado, um curso de antropologia urbana ministrado pelo professor Marco Antonio da Silva Mello na Universidade Federal Fluminense (UFF), do outro lado da Baía da Guanabara. Circulando simultaneamente por estes dois espaços acadêmicos, pesava em mim a dificuldade de unir a bibliografia que lia na UERJ e as etnografias que lia no curso de antropologia na UFF. Vivía, portanto, aquele velho dilema: como conciliar teoria e prática?

Felizmente, não demorei muito tempo para perceber que esse era um falso dilema, pois, como dizia o falecido professor emérito da UFF Luiz de Castro Faria, “as teorias estão nas prateleiras para serem usadas”. Mas esse uso, porém, não pode ser feito de qualquer maneira. Se tomarmos emprestada uma metáfora do escritor Alves (2007), a ciência pode ser entendida como “uma ferramenta para se conhecer a realidade”. Como ferramenta, a ciência – e aqui incluímos as “teorias” – vale para executar a função para a qual foi construída. Afinal, “não se pode serrar usando martelos e nem martelar usando serrotes” (ALVES, 2007, p. 10). Do mesmo modo, uma teoria não pode ser apropriada para qualquer objeto de estudo. Procurar a ferramenta certa para determinado objeto seria uma medida preventiva de evitar o equívoco (e os riscos) de querer enfiar um elefante num recinto através do buraco de uma fechadura!

Pois bem, voltando ao meu caso, tudo ficaria aparentemente mais simples se a tal “teoria” com a qual eu tentava me familiarizar para usar da maneira adequada não merecesse tal denominação, e se eu mesma não viesse a me tornar, como Latour também se denominou em uma entrevista (LATOUR, 2004a), um “sujeito híbrido” – ou, como costume brincar, uma “psicopóloga”. Através de Latour, me aproximei ainda mais da antropologia, inaugurando um caminho sem volta. Após o mestrado em Psicologia Social na UERJ, fui cursar o doutorado em Antropologia na UFF, onde atualmente realizo meu pós-doutorado. Mesmo sem dialogar diretamente com os trabalhos de Latour sobre a ciência em minhas pesquisas atuais, muitas das contribuições desse autor ainda se fazem presentes, atentando meu olhar no campo para certos detalhes nas práticas dos atores, no momento em

que estão propriamente agindo. É um pouco das contribuições que ainda considero extremamente valiosas dessa perspectiva que pretendo compartilhar com vocês, acreditando que cada um possa se apropriar delas da forma mais produtiva e criativa possível em seus próprios percursos profissionais.

III

O título desta palestra – “A ciência em ação de Bruno Latour” – já evoca, de imediato, a base dessa perspectiva, como pretendo mostrar. Para melhor apresentá-la, creio, porém, ser necessário antes fazer uma breve digressão também com relação ao próprio autor, situando-o no universo institucional e acadêmico mais amplo de sua própria ciência.

Formado em filosofia, mais comumente reconhecido como sociólogo (às vezes epistemólogo ou antropólogo), Latour é, ele próprio, de certa forma produto comparável ao seu objeto de estudo: um sujeito composto por elementos heterogêneos, reunindo traços de diferentes disciplinas. O lugar onde desempenhou grande parte de seus trabalhos no campo da Sociologia da Ciência foi o Centre de Sociologie de l’Innovation (CSI), na École Nationale Supérieure des Mines de Paris, ao lado de Michel Callon, um de seus maiores parceiros e aliados. Atualmente, Latour desenvolve suas atividades docentes na *Sciences Po*, o importante Instituto de Estudos Políticos de Paris, mantendo seu vínculo como pesquisador do CSI e atividades como professor visitante em universidades estrangeiras, na Inglaterra (London School of Economics) e nos Estados Unidos (Harvard University).

Sua perspectiva se insere em um amplo movimento de renovação das ciências sociais iniciado no final dos anos 1970, na França, que vem sendo denominado de *tournant pragmatique* (NACHI, 2006). Em linhas gerais, esse movimento é marcado pela ênfase na ação sob uma nova perspectiva, distante de boa parte dos debates que, até a década de 1970, reduzia-se à confrontação entre as correntes marxista e estruturalista.

Nesse movimento, duas abordagens, desenvolvidas paralelamente, vêm se destacando. De um lado, a Sociologia Pragmática, encabeçada por Boltanski e Thévenot (1991) no Groupe de Sociologie Politique et Morale (GSPM) da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), que desenvolve um programa de estudo das múltiplas formas de ajustamento e justificação dos indivíduos nas situações de disputa e controvérsias públicas, inaugurando uma espécie de “sociologia da capacidade crítica”.¹ De outro lado, destaca-se a Antropologia das Ciên-

1 Após a publicação dessa obra inaugural (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991), os autores seguiram suas análises separadamente. Porém, para um balanço da perspectiva que ainda os une, cf. BOLTANSKI; THÉVENOT, 2007, NACHI, 2006.

cias, encabeçada por Bruno Latour e Michel Callon no CSI, à qual proponho concentrar a partir de então nossa atenção.

De modo geral, podemos compreender os trabalhos de Latour sobre a ciência como resultado de críticas aos trabalhos de um ramo da sociologia dedicado ao estudo da influência de fatores externos no desenvolvimento da ciência: a chamada Sociologia das Ciências.² A base fundamental da crítica de Latour consiste no fato de que as abordagens convencionais de Sociologia das Ciências nada mais fazem do que acrescentar um “contexto social” à prática científica, não questionando o próprio conteúdo científico.

Por sua vez, Latour vem se empenhando em um projeto alternativo para se estudar a ciência e a tecnologia, propondo, juntamente com Callon, a criação de uma nova disciplina transversal, situada na interseção da sociologia e das ciências exatas, que assumiria como objeto de estudo os processos que emergem da inovação científica e técnica: a inicialmente chamada Antropologia das Ciências. A substituição do termo “sociologia” por “antropologia” não seria em vão; mas representaria justamente o exercício de estranhamento necessário para se fazer uma boa descrição desse “outro” que nos é tão familiar e, ao mesmo tempo, tão distante: o cientista.

Do ponto de vista metodológico, Latour afirma que a única maneira de compreender a realidade dos estudos científicos é acompanhar os cientistas em ação, já que a ciência está fundada sobre uma prática, e não sobre ideias. Em sua abordagem, a ação efetiva dos cientistas, em estreita combinação com os objetos com os quais interage, deixaria de ser vista como mero pano de fundo na produção dos fatos científicos para fazer parte do primeiro plano de observação e descrição dos pesquisadores. Sua proposta é investigar como se dá o processo de construção dos fatos científicos, em seus mínimos detalhes, em cada gesto dos cientistas, dentro e fora do seu laboratório, com a mesma observação dedicada com que os antropólogos estudam os chamados povos “selvagens”.

É nessa direção que Latour mergulhou no cotidiano de um laboratório de neuroquímica na Califórnia, onde permaneceu durante dois anos, para produzir sua primeira etnografia, culminando no livro intitulado *Vida de laboratório: a construção social de fatos científicos* (*Laboratory Life: the Social Construction of Scientific Facts*), publicado originalmente em 1979 juntamente com Woolgar.³

2 Este ramo do campo da Sociologia do Conhecimento teria tomado grande impulso com a publicação de *A estrutura das revoluções científicas* em 1962, do físico, filósofo e historiador da ciência Thomas Kuhn, inaugurando uma perspectiva histórica sobre a ciência.

3 A primeira edição brasileira deste livro é de 1997, cuja referência completa encontra-se no final desta publicação.

Já nesse primeiro livro, Latour critica os estudos tradicionais desenvolvidos sobre a ciência na medida em que mantém intacta a separação entre o conteúdo científico e o contexto social. Em suas palavras, “é como se contexto e conteúdo fossem dois líquidos que podemos fingir misturar pela agitação, mas que se sedimentam tão logo deixados em repouso” (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 20).

Visando ultrapassar estes limites, sedimentados na grande divisão entre natureza e sociedade, Latour se dedica ao exame das atividades cotidianas de um laboratório, mostrando como os gestos aparentemente mais insignificantes contribuem para a construção social dos fatos, evidenciando o caráter heterogêneo das práticas científicas. Portanto, o foco de seu estudo é a ciência em construção, a ciência com “c” minúsculo, por oposição à Ciência com “C” maiúsculo, que seria a ciência pronta e acabada. Como ele próprio diz, num livro posterior,⁴ sua entrada no mundo da ciência não é pela entrada mais grandiosa da Ciência, mas pela porta dos fundos. É por aí, poderíamos resumidamente dizer, que se pode encontrar natureza e sociedade ainda “juntas e misturadas”.

Para distinguir o que seria o “objeto” de seu estudo, Latour utiliza outra metáfora. Fala de objetos “quentes” e “frios” para se referir, respectivamente, àqueles que ainda são alvo de controvérsias daqueles cujo debate já se estabilizou (ou esfriou), com uma versão tida como vencedora sobre as demais.

Latour, porém, está mais interessado nos objetos do primeiro tipo, antes de se fechar a “caixa-preta” – termo que toma de empréstimo da cibernética sempre que um conjunto de comandos se revela complexo demais, e é substituído por “uma caixinha preta a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai”. A dupla hélice do DNA é um exemplo disso, muito explorado no livro *Ciência em ação* (LATOURE, 2000). Conforme descreve, por mais controversa que seja sua história, por mais complexo que seja seu funcionamento interno, por maior que seja a rede acadêmica para a sua implementação, quando alguém compara as sequências do ácido nucleico, já se parte da dupla hélice, como se nada antes houvesse. É isso o que também acontece quando nos referimos ao buraco na camada de ozônio decorrente da poluição de determinados gases ou mesmo quando nos referimos às influências do social sobre o comportamento de uma criança, parecendo existir um entendimento consensual sobre o que se diz, ainda que ninguém possa ver e apontar propriamente o “buraco” ou o “social”.

4 *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*, publicado pela Harvard University Press em 1987. A edição brasileira do livro é da editora da UNESP (2000).

Por sua vez, Latour se volta ao estudo do processo anterior à constituição dessas caixas-pretas, isto é, quando as controvérsias ainda estão em aberto. Chegando antes que essa estabilização (ou esfriamento) aconteça, definindo algo como verdadeiro e indubitável, o pesquisador conduziria um tratamento simétrico para todos os atores, tanto para os que se tornarão vencedores quanto para os que se tornarão vencidos na história da ciência; tanto para o enunciado que vingará como “verdade” quanto para aquele que passará a figurar, de modo negativo, como “crendice”. Com sua “antropologia das ciências”, está interessado, em última instância, em estudar a produção da verdade nas sociedades contemporâneas. E a ciência, ao lado de outras esferas como o direito, é, nesse sentido, crucial.

Ao colocar entre parênteses ao mesmo tempo nossas crenças sobre a ciência e nossas crenças sobre a sociedade, Latour propõe uma extensão do Programa Forte formulado por Bloor.

Em 1976, Bloor iniciou o desenvolvimento de um programa de investigação social com o objetivo de descobrir as causas que levam distintos grupos sociais, em diferentes épocas, a selecionar determinados aspectos da realidade como objeto de estudo e explicação científica. Com esse programa, tornou-se possível considerar o trabalho dos cientistas como uma construção social, influenciada tanto por aspectos internos da própria comunidade científica, como por aspectos externos da sociedade a que pertencem. Por “programa fraco” Bloor designava a ideia de que bastava cercar a “dimensão cognitiva” das ciências com uns poucos “fatores sociais” para ser chamado de historiador ou sociólogo das ciências. Em contraposição, propunha um “programa forte”, cuja ideia básica era de que qualquer estudo de sociologia ou história das ciências deveria levar em conta tanto o contexto social quanto o conteúdo científico.

Para abordar estes dois aspectos, Bloor sugeriu, entre outros, o princípio programático da simetria, o que significava reconhecer que os mesmos tipos de causas devem explicar tanto as crenças valorizadas como verdade quanto as crenças rechaçadas, uma vez que não há diferença essencial entre verdade e erro.⁵ Desconfiando tanto da razão quanto da crença, ser simétrico significa, para Latour, fazer uma sociologia para

5 Latour (2002a) aborda a noção de crença num pequeno livro, cuja questão central consiste em “falar simetricamente de nós e dos outros, sem acreditar nem na razão nem na crença, respeitando ao mesmo tempo os fetiches e os fatos”. Nesse texto, crença é definida como aquilo que separa construção e realidade, como o conjunto da operação na qual os modernos constroem a si próprios ao proibirem, com o objetivo de compreender suas ações, o retorno aos fetiches, os quais, todavia, eles próprios também utilizam. Procurando intensificar o diálogo entre os que falam de fatos e os que falam de fetiches, o autor propõe abandonar a noção de crença e, em contraposição, lança a noção de fe(i)tiche (*faitiche*) – um trocadilho com as palavras francesas *fait* (fato) e *fétiche* (fetiche) – para considerar a dimensão da prática, tomando construção e verdade como sinônimos, isentando-se de escolher entre um e outro.

compreender por que os franceses acreditam na astronomia da mesma maneira que para compreender por que eles acreditam na astrologia.

Esse princípio foi, assim, estendido por Latour às controvérsias sobre a sociedade, propondo um Princípio de Simetria Generalizada, no qual tanto a natureza quanto a sociedade deveriam ser explicadas a partir de um quadro comum geral de interpretação. Sugerindo uma antropologia simétrica – termo que aparece depois no livro *Jamais fomos modernos* (1994)⁶ –, Latour defende que, além do erro e da verdade, também a natureza e a sociedade devem ser tratadas sob um mesmo plano e nunca separadamente, já que não há igualmente entre elas diferença em espécie. Não há, de antemão, o mundo das coisas em si de um lado e o mundo dos homens entre si de outro, pois natureza e sociedade são efeitos de redes heterogêneas. Dito de outro modo, o Princípio de Simetria Generalizada significa partir da explicação simultânea da natureza e da sociedade, ao contrário do hábito de se fazer recair exclusivamente sobre a sociedade todo o peso da explicação.

Com esse princípio, Latour propõe ainda ultrapassar a separação entre os homens e as coisas, entre os humanos e os “não humanos”, visto que estes últimos só podem ser pensados em sua relação com os primeiros.⁷ Conforme aponta Law (1992), outro importante aliado de Latour nessa perspectiva, quase todas nossas interações com outras pessoas são mediadas através de objetos, como telefone, internet, carta, microfone (e mesmo nas relações mais íntimas, como as sexuais, objetos como preservativo se fazem presentes). Nesse sentido, o social é uma rede heterogênea, constituída não apenas de humanos, mas também de não humanos, de modo que ambos devem ser simetricamente considerados.

Contrário a todo pensamento dualista, Latour propõe em seus trabalhos sobre a ciência uma abordagem pragmática capaz de respeitar a permeabilidade entre o “lado de dentro” e o “lado de fora” do laboratório. Para ele, a atividade científica tem sempre uma dimensão coletiva. A construção de fatos e máqui-

6 *Nous n'avons jamais été modernes. Essai d'anthropologie symétrique*, publicado em 1991 pela Editions La Découvert.

7 Em sua etnografia da prática científica, Latour utiliza o termo não humano para se referir aos materiais, equipamentos e artefatos de inscrição e armazenamento dos dados científicos, apontando que estes só podem ser pensados em suas relações com os humanos. Segundo a definição do autor, “esse conceito só significa alguma coisa na diferença entre o par ‘humano/não humano’ e a dicotomia sujeito/objeto. Associações de humanos e não humanos aludem a um regime político diferente da guerra movida contra nós pela distinção entre sujeito e objeto. Um não humano é, portanto, a versão de tempo de paz do objeto: aquilo que este pareceria se não estivesse metido na guerra para atalhar o devido processo político. O par humano/não humano não constitui uma forma de ‘superar’ a distinção sujeito/objeto, mas uma forma de ultrapassá-la completamente” (LATOUR, 2001, p. 352).

nas só se viabiliza através da conjugação de interesses e mobilização de um grande número de aliados. Conforme ele diz, “a construção de um fato é um processo tão coletivo que uma pessoa sozinha só constrói sonhos, alegações e sentimentos, mas não fatos” (LATOURE, 2000, p. 70). Isso significa que um fato científico só existe se for sustentado por uma rede de atores e que, assim, o cientista nunca remete à natureza em si, mas aos seus colegas e à rede que o constitui como tal. Nesse sentido, podemos dizer, em última instância, que uma ciência não se universaliza, mas que sua rede se estende em grandes proporções e se estabiliza, desembaraçando-se de todos os determinantes de tempo e lugar e de qualquer referência ao processo de sua produção.⁸

Em um de seus livros, Latour compara a construção de fatos a um jogo de rugby, dizendo que uma afirmação, assim como a bola de rugby, está sempre em situação de risco, aguardando ser pega por algum jogador para sair do estado de estagnação. Para que se mova, é preciso que haja uma ação, que alguém a pegue e atire-a, sendo que o seu arremesso dependerá da hostilidade, velocidade, perícia ou tática dos outros. Tal como um jogo de rugby, a construção de fatos é um processo coletivo em que o objeto é transmitido de um ator para outro, com a diferença de que na prática científica a afirmação vai se constituindo e se transformado à medida que passa de mão em mão. Conforme diz, “todos os atores estão fazendo alguma coisa com a caixa-preta [...], eles não a transmitem pura e simplesmente, mas acrescentam elementos seus ao modificarem o argumento, fortalecê-lo e incorporá-lo em novos contextos” (LATOURE, 2000, p. 171). Assim, o status de uma afirmação depende sempre das afirmações ulteriores, do que se faz depois com ela, ou seja, se ela é tornada mais fato ou ficção.

Entretanto, não basta aos cientistas fazer com que os outros simplesmente tomem a afirmação em suas mãos; é preciso também evitar que estes a transformem tanto ao ponto de torná-la irreconhecível. Assim, a tarefa dos cientistas de transformar uma alegação em um fato científico torna-se ainda mais complexa, dependendo da operação que Latour denominou de tradução (ou translação), ou seja, da “interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistam” (ibidem, p. 178).

Traduzir (ou transladar) significa deslocar objetivos, interesses, dispositivos, seres humanos. Implica desvio de rota, invenção de um elo que antes não existia e que de alguma manei-

8 Embora não exista distinção prévia entre a atividade científica e as demais, a singularidade da ciência reside exatamente no seu poder de mobilização de um número enorme de recursos e aliados para produzir assimetrias, criando caixas-pretas que funcionam como “pontos de passagem obrigatória”, como se fossem atemporais e isoladas da sociedade (LATOURE, 2000).

ra modifica os elementos imbricados. As cadeias de tradução referem-se ao trabalho pelo qual os atores modificam, deslocam e transladam os seus vários e contraditórios interesses. Mas a operação de tradução implica uma solução aparentemente contraditória do cientista, pois ao mesmo tempo em que procura engajar outras pessoas para que elas acreditem na caixa-preta, comprem-na e disseminem-na no tempo e no espaço, tenta controlá-las para que aquilo que elas adotam e disseminam permaneça mais ou menos inalterado.

Descrevendo diversas táticas de deslocamento de interesses e objetivos, Latour (2000) esclarece que, além do significado linguístico de transposição de uma língua para outra, a noção de tradução tem aqui um significado geométrico de transposição de um lugar para outro. Assim, “transladar interesses significa, ao mesmo tempo, oferecer novas interpretações desses interesses e canalizar as pessoas para direções diferentes” (ibidem, p. 194). Por exemplo, um cientista que deseje produzir um novo medicamento para diabetes precisa, para obter o apoio necessário para o sucesso de seu empreendimento, convencer o maior número possível de pessoas (ministro da Saúde, presidente da Associação dos Diabéticos, dirigentes da indústria farmacêutica, jornalistas, alunos, colegas acadêmicos, etc.) de que, ao ajudarem o seu laboratório, estariam favorecendo seus próprios objetivos. Com o uso de diversos dispositivos, o cientista traduz outros atores numa vontade única da qual ele se torna porta-voz. Ao começar a agir por muitos e não mais por apenas um, o cientista então cresce e se fortalece.⁹ Logo, não há razão sem negociação, sem essa política inventada pela ciência, isto é, sem a atuação do cientista como porta-voz de forças das quais é a única autoridade confiável e legítima. E é justamente dessa prática política que advém o poder da ciência – o poder de parecer apolítica, mera representante da natureza.

Pensar a ciência como uma rede de atores significa que ela não se caracteriza por sua racionalidade e objetividade, ou pela veracidade dos fatos por ela engendrados. Implica considerar estas noções – assim como as noções de natureza e sociedade – não como causas, mas efeitos alcançados a partir das tensões próprias à rede de atores. Em vez de ser um lugar isolado, fechado e separado do mundo, o laboratório passa a ser aqui entendido então como o *locus* onde são constantemente redistribuídas a natureza e a sociedade (MORAES, 2003).

Dessa forma, Latour vem construindo uma abordagem que tangencia a separação entre as entidades ontológicas natureza e sociedade, bem como a separação entre sujeito e objeto. Todo

9 Um exemplo bem explorado pelo autor consiste no trabalho bem sucedido de Pasteur em capturar os interesses de diferentes grupos e indivíduos para suas experiências com micróbios em seu laboratório no final do século XIX. A esse respeito, cf. LATOUR, 1983.

seu esforço concentra-se em problematizar a ideia da existência de uma rígida separação entre natureza e sociedade, da dicotomia entre sujeito e objeto e ainda de uma relação de domínio dos homens sobre as coisas do mundo – ideias fundadas pela/modernidade – mostrando que, na realidade, tais pressupostos nunca vingaram.

Em *Jamais fomos modernos* (1994), o autor argumenta que a tradicional divisão de tarefas em que a gestão da natureza cabia aos cientistas e a gestão da sociedade aos políticos tem se tornado cada vez mais incapaz de dar conta de fenômenos contemporâneos, como embriões congelados e organismos geneticamente modificados. Isso porque o projeto da modernidade de purificar os domínios natural e humano fracassou através de seu efeito colateral mais indesejável: a proliferação de híbridos, que já não podem ser considerados nem totalmente naturais nem totalmente sociais. Para Latour, na prática, nunca paramos de criar esses híbridos, apenas recusávamos assumi-los para defender um paradigma que já não se sustenta mais, o que o conduz a afirmar que jamais fomos verdadeiramente modernos.

A emergência desses híbridos, por sua vez, clamaria por uma filosofia capaz de acolhê-los e uma política que os tome como alvo de discussão. E Latour busca fazer isso redefinindo o próprio objeto de investigação da Sociologia das Ciências, que, em lugar de ser a construção social, passa a ser a *socionatureza*. De posse desses objetos híbridos, a própria antropologia perderia sua ligação exclusiva com as culturas ou com as dimensões culturais, mas ganharia as naturezas, o que, segundo Latour, teria um valor inestimável. Além disso, uma vez que todas essas questões sobre causas, efeitos e elos podem ser levantadas em todos os lugares, abre-se um campo ilimitado de estudo para a antropologia.

A formalização dessa abordagem ganhou, num certo momento, o curioso nome de Teoria Ator-Rede (ou Teoria do Ator-Rede, como também vem sendo traduzida em nosso país), incorporando vários outros pesquisadores além de Latour e Callon, como o sociólogo inglês John Law e a socióloga austríaca Karin Knorr-Cetina. Nas palavras de Latour (2004a, p. 397), a Teoria Ator-Rede consistiria em “seguir as coisas através das redes em que elas se transportam”.

Esse nome, porém, foi alvo de muitos questionamentos, inclusive do próprio Latour. Em um pequeno artigo (LATOUR, 1997), ele chega a apontar quatro pequenos problemas com a Teoria Ator-Rede: a palavra teoria, a palavra ator, a palavra rede e o próprio hífen!

Quanto ao primeiro problema, Latour diz que a TAR não pode ser classificada como uma teoria do social, do sujeito ou da natureza, cujos princípios estejam dados de antemão, tampouco

que possa ser “aplicada”, como uma ferramenta, a um determinado objeto. O que está em jogo nessa perspectiva não é a aplicação de um quadro de referência no qual podemos inserir os fatos e suas conexões, mas um caminho para seguir a construção e fabricação dos fatos, que teria a vantagem de poder produzir efeitos que não são obtidos por nenhuma teoria social.

Quanto ao segundo problema, Latour chama a atenção para a necessidade de diferenciar “ator” aqui do sentido tradicional conferido pela sociologia, pois, para a TAR, ator é tudo que age, deixa traço, podendo se referir a pessoas, instituições, animais, máquinas, etc. Ou seja, não se refere apenas aos humanos, mas também aos não humanos, sendo por esse motivo sugerido ainda por Latour o termo *actante*.

Quanto ao terceiro problema, ressalta que não há, na TAR, qualquer alusão à ideia de rede ligada à cibernética, referindo-se ao transporte de informações por longas distâncias sem sofrerem quaisquer deformações. Na abordagem de Latour, porém, a noção de rede remete a fluxos, circulações e alianças, nas quais os atores envolvidos interferem e sofrem interferências constantes. Uma rede é uma lógica de conexões, definidas por seus agenciamentos internos e não por seus limites externos. De uma forma geral, essa noção de rede é bastante similar à de rizoma, elaborada por Deleuze e Guattari (1995) como modelo de realização das multiplicidades. Diferentemente do modelo da árvore ou da raiz, que fixam um ponto, uma ordem, no rizoma qualquer ponto pode ser conectado a qualquer outro. Tal como no rizoma, na rede não há unidade, apenas agenciamentos; não há pontos fixos, apenas linhas. Nela, “não há informação, apenas transformação”, e essa é a sua principal característica.

Quanto ao quarto problema, Latour diz que a utilização do hífen entre as palavras ator e rede busca demarcar a intenção de seguir a circulação das entidades micro e macro, tomando “ator” e “rede” como duas faces do mesmo fenômeno. Entretanto, o par ator/rede, incluindo o hífen, é, para ele, insuficiente para dar conta da ação que se distribui em rede, dos processos de fabricação do mundo, por ser muitas vezes equivocadamente tomado como o par indivíduo-sociedade. O que está aqui sendo designado por “rede” refere-se muito mais ao modo de descrever esse movimento circulatório do que a caracterizar seus elementos. Como diz Latour (1997, s/p.), “a Teoria Ator-Rede é mais como o nome de um lápis ou pincel do que o nome de um objeto a ser desenhado ou pintado”.

Após muito implicar com o nome dessa abordagem, difícil de traduzir devidamente a sua proposta, Latour acabou se tornando depois simpático a ele, visto que a sigla ANT (de *Actor-Network Theory*), ao significar, na língua inglesa, a palavra “formiga”, expressaria perfeitamente a miopia, o detalhismo e a qualidade de farejador de trilhas de quem se engaja nesse projeto.

IV

Após essa longa explanação, agora posso retornar a Acari e falar um pouco o que isso tudo tem a ver com a favela onde realizei minha pesquisa.

Como vocês já perceberam, o “campo” de minha pesquisa não era o confronto de versões em torno de uma inovação tecnológica ou as práticas de cientistas em um determinado laboratório, tal como estudado por Latour. No entanto, as mesmas questões que, em última instância, estão no bojo de seus estudos acerca da ciência – isto é, os processos de produção de verdade – também estavam presentes de alguma maneira naquele momento na favela.

O Programa Favela-Bairro era uma política pública que vinha sendo desenvolvida, desde o início dos anos 1990, em diversas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Reconhecido como uma das maiores ações desenvolvidas pela administração municipal e com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa simbolizava a consolidação do viés urbanizador no tratamento das favelas, marcado historicamente por práticas remocionistas e autoritárias. Seu objetivo era promover a “integração das favelas com a cidade”, através da introdução de obras de infraestrutura urbana, equipamentos públicos e políticas sociais, ou, como era frequentemente anunciado, “transformar favelas em bairros populares” (FREIRE, 2005, p. 75).

Mas como essa transformação se dava na prática? O que passava entre a elaboração do projeto de intervenção, feito fora dali, na prancheta dos engenheiros e arquitetos, e a favela propriamente dita, antes e depois de ser transformada em bairro? O que exatamente faria com que Acari passasse a ser “bairro”? O que seria, aliás, para os atores envolvidos no processo, favela e bairro? Quem eram esses atores e quais os efeitos de suas ações na própria conformação da intervenção urbana?

A partir destas questões, busquei, em minha pesquisa, realizar uma etnografia do processo de implantação do Programa Favela-Bairro em Acari para mapear as redes que estavam sendo tecidas ao longo desse processo de transformação da “favela” em “bairro”.

Partindo da abordagem da Teoria Ator-Rede, visei descrever não apenas os vínculos e alianças geradas em torno dessa intervenção urbana – como o que ligava a prefeitura às associações de moradores ou o que ligava os moradores às agentes comunitárias de habitação –, mas, sobretudo, a análise dos efeitos produzidos por estes vínculos. Foi com esse enfoque que pude perceber, por exemplo, as mudanças ocasionadas no projeto original, a partir das negociações entre a prefeitura e os presidentes das associações, bem como a produção de novas formas de uso e apropriação dos espaços da

localidade pelos moradores através do trabalho dito “educativo” dos agentes de habitação.

Certamente, isso só foi possível mediante a realização de um intenso trabalho de campo, que exigiu minha presença constante na localidade por quase dois anos. Com o auxílio de um diário de campo, que muitas vezes funcionou como analisador de minha própria participação no processo, descrevi as negociações, deslocamentos e transformações ocasionadas pelas ações dos mais diversos atores durante a intervenção.

Seguindo a perspectiva sugerida por Latour, tentei não priorizar nenhum ponto de vista ou ator de antemão, mas acompanhar passo a passo a sua constituição, atenta aos efeitos produzidos pelas ações de cada um dos atores. Procurando pistas sobre um possível fio pelo qual pudesse começar a tecer as redes daquela situação controversa que a localidade vivia, as conversas informais com os moradores me conduziram aos Agentes Comunitários de Habitação, que ali representavam, como eles próprios diziam, a “ponte entre a prefeitura e a comunidade” (FREIRE, 2005, p. 151).

Atuando como elo de comunicação e interlocução entre a prefeitura e os moradores durante todas as etapas da intervenção, eles eram os tradutores por excelência do programa na localidade. Isso não significava que eles fossem os atores centrais do processo, pois, segundo a Teoria Ator-Rede, não há um ator do qual emana a fabricação do mundo, mas uma rede heterogênea de atores (humanos e não humanos) conectados. Desse modo, os agentes comunitários de habitação foram a porta de entrada que me permitiu ter acesso aos outros atores que se faziam igualmente presentes no processo da intervenção, como os presidentes das associações, os técnicos da prefeitura, os operários das obras, os traficantes de drogas e os próprios habitantes. Dentre os atores, encontrei também muitos não humanos, como o livro de atas dos agentes, as pichações da prefeitura enumerando as casas a serem removidas e os fogos lançados por traficantes para comunicar a chegada da polícia na favela. Todos esses atores provocavam desvios ou modificações no processo da intervenção, seja intervindo diretamente no trabalho dos agentes comunitários, no cotidiano dos moradores ou na própria atuação dos técnicos da prefeitura na localidade.

Partindo da posição de não desprezar nenhum elemento que se fizesse presente, isto é, que produzisse efeitos, é que pude, ao longo da pesquisa, sustentar um olhar que levasse em consideração simultaneamente os humanos e os não humanos. Foi essa atitude que me permitiu constatar a complexidade de pessoas e coisas que povoam o mundo em constante interação, e que, no caso dessa intervenção urbana em Acari, era impossível de se desprezar.

Se, como diz Latour no mais recente livro publicado no Brasil,¹⁰ nossa tendência é limitar o social aos humanos e às sociedades modernas, esquecendo que a esfera do social é bem mais ampla que isso, torna-se cada vez mais premente abandonar o paradigma moderno, retomando o sentido original da própria noção de “social” (cuja raiz, *sequi*, significa *seguir*) e o sentido tradicional da sociologia como “busca de associações” (LATOUR, 2012, p. 23).

Na perspectiva da Teoria Ator-Rede, o “social” não é um tipo específico de fenômeno ou um tipo de material ou ingrediente, tal como a madeira ou a argila, que se supõe diferir de outros; mas um movimento durante um processo de agregação, uma série de associações entre elementos heterogêneos. Nesse sentido, não seria uma “coisa”, tal como no modelo durkheimiano do final do século XIX, mas um “*tipo de conexão* entre coisas que não são, em si mesmas, sociais” (ibidem, p. 23). É “um movimento peculiar de reassociação e agregação” (ibidem, p. 25). Para apreender o social, o pesquisador deve seguir os traços que vai disseminando (experimentalmente) quando uma nova associação se constitui, assim como uma formiga farejando por alimento.

Referências

- ALVES, Rubem (2007). *O que é científico?* São Paulo: Edições Loyola.
- BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent (1991). *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Editions Gallimard.
- _____. (2007). A Sociologia da capacidade crítica [tradução de Marcos Aquino]. In: *Antropolítica*, n. 23, vol. 2, p. 121-144.
- DESPRET, Vinciane (1999). *Ces émotions que nous fabriquons: ethnopsychologie des émotions*. Paris: Les empêcheurs de penser en rond/Le Seuil.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (1995). Introdução: Rizoma. In: *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- DOSSE, François (2003). *O Império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru, São Paulo: EDUSC.
- FERREIRA, Arthur Arruda Leal; FREIRE, Leticia de Luna; MORAES, Márcia; ARENDT, Ronald (2010). *Teoria Ator-Rede e Psicologia*. Rio de Janeiro: NAU.
- FREIRE, Leticia de Luna (2006). Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. In: *Comum*, vol. 11, n. 26, janeiro/junho, pp.46-65.
- _____. (2005). *Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PPGPS-UERJ, Rio de Janeiro.

10 “Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede” (2012). A versão original do livro em inglês, “Re-assembling the social. An introduction to Actor-Network Theory”, é de 2005, e a versão francesa, “Changer de société. Refaire de la sociologie”, é de 2006.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 9. ed., 2006.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. *Keynote Speech: On Recalling ANT*. Introduction to Actor Network and After” Workshop, Keele University. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/stslatour1.html>>, 1997.

_____. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru: EDUSC, 2002a.

_____. *A Dialog on Actor Network Theory*: Disponível em: <<http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/090.html>>, 2002b.

_____. Por uma antropologia do centro (entrevista do autor à revista). *Mana* 10(2), 2004a.

_____. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: EDUSC, 2004b.

_____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAW, John. Notes on the Theory of Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. In: *Systems Practice*, vol.5, n.4. (Tradução de Fernando Manso). Disponível em: <<http://www.necso.ufrj.br>>, 1992.

MORAES, Márcia Oliveira. *Alianças para uma psicologia em ação: sobre a noção de rede*. Disponível em: <www.necso.ufrj.Brasil/Ato2003/MarciaMoraes.htm>, 2003.

NACHI, Mohamed. *Introduction à la sociologie pragmatique: vers un nouveau “style” sociologique?* Paris: Armand Colin, 2006.

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 43 – *A grande transformação no campo religioso brasileiro*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 78 – *As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã* – George V. Coyne

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.

Nº 41 – *Olhares multidisciplinares sobre economia solidária: Reflexões a partir de experiências do programa Tecnosociais* – Carlos Muller Roncato, Célia Maria Teixeira Severo, Cláudio Barcelos Ogando, Priscila Da Rosa Boff e Renata Dos Santos Hahn



Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Nº 191 – *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci



Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Kirschke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airon Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonard Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum

- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e opções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring/Julianos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Profa. Dra. An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Profa. Dra. Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Verissimo* – Profa. Dra. Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unidosinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Profa. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kem
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Profa. Dra. Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton e Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Profa. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Profa. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Nildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Profa. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden

- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentí Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell’Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engemann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airosso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues

- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ỹikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a trieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a lei es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci



Leticia de Luna Freire possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (2002), mestrado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005) e doutorado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2010), tendo realizado estágio doutoral na Université Paris X e na École des Hautes Études en Sciences Sociales em 2007. Atualmente é pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da UFF,

pesquisadora associada do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT/InEAC-UFF). Tem experiência de ensino e pesquisa nas áreas de Psicologia Social, Segurança Pública e Antropologia Urbana, com ênfase nos seguintes temas: psicologia social e comunitária, reforma psiquiátrica, segurança pública municipal e políticas urbanas.

Algumas publicações da autora

FREIRE, L. L. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. In: *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, p. 95-114, 2009.

MIRANDA, A. P. M.; PAES, Vívian Ferreira; FREIRE, L. L. A gestão da segurança pública municipal no Estado do Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 3, p. 30-54, 2008.

FREIRE, L. L. "Em nome da comunidade": o papel das Associações de Moradores no processo de implantação de uma política urbana em uma favela do Rio de Janeiro. In: CEFAÍ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOTA, Fabio Reis; VEIGA, Felipe Berocan. (Org.). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. 1. ed. Niterói: EdUFF, 2011, v. 1, p. 103-133.

FREIRE, L. L. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. In: *Comum (FACHA)*, v. 11, p. 46-65, 2006.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal; FREIRE, L. L.; MORAES, Márcia; ARENDT, Ronald João Jacques (Org.). *Teoria Ator-Rede e Psicologia*. 1. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2010. v. 1. 255 p.